

## POLÍTICA

# Acareação mantém tese da quebra de decoro

Dúvidas no Conselho de Ética sobre o grau de envolvimento de ACM e Arruda levantam a possibilidade de haver punições diferentes

Anamaria Rossi, Francisco Câmpora  
e João Domingos  
de Brasília

A acareação entre os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) e a funcionária pública Regina Borges, ontem, para tentar esclarecer as contradições no caso da violação do painel de votação do Senado, não afastou a tese da quebra de decoro, mas deixou pistas de que poderá haver punições diferentes para os dois congressistas envolvidos no crime.

Não restam dúvidas, entre os integrantes do Conselho de Ética, do envolvimento direto de Arruda no episódio, até mesmo em função da confissão do senador, que diz ter "consultado" Regina sobre a segurança do painel e depois entregou a lista de votação a Antonio Carlos. Quanto à real participação do ex-presidente do Senado ainda restam dúvidas.

Há os que acreditam que Antonio Carlos realmente autorizou Arruda a agir em seu nome, como diz o senador do Distrito Federal. Outros suspeitam que o ex-líder do governo e ex-tucano possa ter agido por conta própria até o momento de entregar a lista a Antonio Carlos, conforme a versão deste último. A dúvida beneficia o baiano e pode ser a base de argumentação para quem quiser propor penas diferentes para os dois senadores.

Com questionamentos mais duros dirigidos a Regina e Arruda, alguns senadores do PMDB ajudaram a sedimentar a tese de que Antonio Carlos não participou do crime desde o início. Aceita esta tese pela maioria do Conselho, ainda restaria, porém, ao senador baiano, convencer os colegas de que foi conivente com o crime por uma "razão de estado", para preservar a instituição e evitar que se anulasse a sessão que cassou o mandato de Luiz Estevão (PMDB-DF).

De acordo com a avaliação de senadores do Conselho de Ética, a acareação não trouxe novidades às investigações. Reforçou a imagem de Arruda como réu confesso, já que ele confirmou sua integral participação no episódio, embora tenha afirmado agir sempre a pedido de Antonio Carlos, então presidente do Senado. E permitiu que Regina Borges reafirmasse, com firmeza, ter recebido uma determinação expressa de Arruda, em nome de Antonio Carlos, para que obtivesse a lista de votação.

Mas o senador baiano negou o tempo todo ter dado a ordem, o que deixou entre os parlamentares a impressão de que Arruda saiu-se muito

mal. Afinal, quando se monta um processo, leva-se em conta a falta de provas materiais e as insistentes negativas de mando do crime feitas pelas partes envolvidas.

Com isso, o político do Distrito Federal poderia ser punido com uma pena mais severa (até mesmo a cassação do mandato, pois não tem mais partido político a lhe oferecer proteção), enquanto Antonio Carlos receberia uma punição mais branda (como a suspensão do mandato).

Especula-se muito também a respeito de um possível acordo entre os maiores partidos. Nesse suposto acordo, o mandato de Antonio Carlos seria preservado. Em troca, o PFL não incomodaria o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-PA), que é investigado pelo Ministério Público por suspeita de fraudes no Banpará,

quando foi governador do Pará, e de envolvimento nas irregularidades na extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), diz que não existe a possibilidade de se fazer acordo

para salvar a pele de ACM e Jader. Segundo ele, a sociedade não aceitaria a manobra. Mas o fato é que Arruda e Antonio Carlos evitaram qualquer tipo de agressão ou mesmo de afirmação mais dura a respeito um do outro. Não quiseram nem responder à senadora Marina Silva (PT-AC) se consideravam que um e outro faltavam com a verdade, visto as contradições entre seus discursos.

Para o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), não resta mais dúvida de que os dois senadores são os culpados pela quebra do sigilo do painel na sessão que cassou Estevão. Paes de Barros afirmou que a acareação não revelou nada novo, mas ser-

**O líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), diz que não existe a chance de acordo para salvar a pele de ACM e Jader**

viu para que ficasse mais clara ainda a participação dos senadores na violação.

Arruda caiu em contradição com o seu depoimento no conselho e o discurso no plenário. O ex-líder confirmou ontem que falou com Regina à tarde do dia da cassação de Luiz Estevão, em 28 de junho de 2000. O teor da conversa, segundo Arruda, teria sido um documento que Regina preci-

sava entregar a ele, mas que o senador não sabia do que se tratava. O relator Roberto Saturnino Braga (PSB-RJ) não se convenceu diante dos argumentos de Arruda.

O telefonema que Antonio Carlos deu para Regina após ter recebido a lista foi o foco central das perguntas dos senadores. O pefelista negou que teria agradecido a ex-diretora do Prodasen, e que apenas deu o telefonema por insistência de Arruda. E também derramou elogios a Regina, afirmando que ela prestou ótimos serviços ao Senado, o que para ele pesou na decisão de não repreendê-la.

A ex-diretora, assim como Arruda, disse não se lembrar se as palavras de Antonio Carlos foram de agradecimento. Mas o relator e outros senadores insistiram nas explicações durante todo o depoimento o motivo de An-

tonio Carlos não repreendê-la. Os senadores do Conselho de Ética saíram convictos da quebra de decoro parlamentar dos dois parlamentares. Porém, a maioria avalia que a gravidade da participação de cada é diferente.

Para Osmar Dias (PSDB-PR), a dúvida sobre a participação de Antônio Carlos persiste. "Nada foi esclarecido, mas temos elementos suficientes para fazer o julgamento", disse Dias, que como os outros membros do conselho não quis emitir opinião sobre o seu voto. "Vamos esperar o parecer do relator", afirmou.

Senadores do PMDB que centraram fogo em Regina e Arruda e pouparam Antonio Carlos nos questionamentos manifestaram, depois da sessão, opiniões conflitantes com seus comportamentos. Ney Suassuna (PMDB-PB), inimigo de Antonio Carlos, disse estar convencido do envolvimento de ambos os senadores no episódio, no mesmo patamar de responsabilidade. E reforçou: "ACM tem todas as culpas, inclusive a de não ter mandado sanar os problemas da vulnerabilidade do painel". Amir Lando (PMDB-RO) comentou que "a batata quente ficou nas mãos do Arruda", o mais inquirido.

O senador Gerson Camatta (PMDB-ES) chegou a perguntar para Regina se ela não sabia que estava infringindo a Constituição ao violar o sigilo. Pedro Simon (PMDB-RS) disse a ela que "nada a obriga a cumprir uma ordem para fazer algo ilegal". Outro peemedebista, Casildo Maldaner (SC), acredita que as punições devem ser iguais. Ele também avalia que o grau de envolvimento dos dois senadores é diferente, mas quer esperar o relatório de Saturnino Braga para decidir sobre quais serão as penas.

O ex-petista Lauro Campos (sem partido-DF) não discute a situação de Arruda. "Ele é réu confesso", diz. Quanto a Antonio Carlos, Campos afirma que ainda irá estudar melhor a situação para avaliar "se as penas deverão ser diferentes".

O relator Saturnino Braga (PSB-RJ) apresenta seu relatório na próxima quinta-feira, 10 de maio. O relatório deve propor a abertura de um processo por quebra de decoro parlamentar contra os dois senadores envolvidos na fraude, e terá que ser votado pelos 15 integrantes do Conselho de Ética. Ney Suassuna apresentou um requerimento para que o voto no conselho seja aberto — ao contrário do que ocorreu no caso de Luiz Estevão, quando o conselho aprovou a cassação por meio de voto secreto.